

Considerações sobre uma leitura desconstrutiva da teoria da subjetividade na linguagem em Benveniste

*Considérations sur une lecture déconstructive de la
théorie de la subjectivité dans la langage de Benveniste*

Marcelo Corrêa Giacomini

Doutorando em Filosofia – UFMG

Prof. Universidade Federal de Juiz de Fora - Campus Governador Valadares

RESUMO: Este trabalho procura traçar uma possível aproximação entre o gesto desconstrutivo de Jacques Derrida diante da teoria sobre a subjetividade da linguagem em Émile Benveniste. O linguista franco-sírio constitui uma tese sobre a necessidade de indicar a subjetividade na linguagem por meio da existência actante do pronome “eu”. A leitura derridiana sobre tal constituição aludiria o modo como o “eu” na linguagem estaria relacionado ao um processo de repetição ideal, o que indicaria uma inserção da tese benvenistiana em um discurso logocêntrico.

PALAVRAS-CHAVE:
DESCONSTRUÇÃO

LINGUAGEM;

SUBJETIVIDADE;

RESUMÉ: Cet article tente d'établir une approximation possible entre le geste déconstructeur de Jacques Derrida et la théorie de la subjectivité du langage chez Émile Benveniste. Le linguiste franco-syrien constitue une thèse sur la nécessité d'indiquer la subjectivité dans le langage à travers l'existence actante du pronom "Je". La lecture derridienne d'une telle constitution ferait allusion à la façon dont le «je» dans le langage serait lié à un processus de répétition idéal, ce qui indiquerait une insertion de la thèse benveniste dans un discours logocentrique.

MOTS-CLES: LANGUE; SUBJECTIVITE; DECONSTRUCTION.

INTRODUÇÃO

Lévi-Strauss, em um capítulo de *Tristes trópicos* denominado “Como se faz um etnógrafo”, aponta aquilo que poderia ser a aplicação de um método do fazer filosófico acadêmico, de modo aparentemente jocoso. O antropólogo relata certa postura da resolução de problemas filosóficos ao se valer certos artifícios léxicos e, dentre esses, se encontra aquilo que denominou como sendo uma “arte do trocadilho”, onde “as

assonâncias entre os termos, as homofonias e as ambiguidades fornecem progressivamente a matéria dessas piruetas especulativas por cuja engenhosidade se reconhecem os bons trabalhos filosóficos” (LÈVI-STRAUSS, 2016, p. 55).

Procuraremos, neste trabalho, discutir alguns problemas concernentes à assonância e a homofonia surgidas pela presença, na teoria linguística da enunciação de Émile Benveniste, de termos como *ego*, “eu” e subjetividade e sua leitura através do gesto desconstrutivo. Ao se tomar contato com a obra de Benveniste, logo se procuraria inserir tais termos em um discurso da tradição filosófica, impulsionando o leitor mais atento a procurar percorrer a origem teórica mais geral a qual o linguista vai procurar reduzir ou ressignificar, em um campo da ciência linguística (e em termos mais fortes, exclusivamente linguísticos) tais termos que seriam próprios a um discurso filosófico.

Tentaremos, contudo, trazer para o gesto desconstrutivo esse tipo de leitura, tanto procurando refletir sobre as tensões entre linguística e filosofia e seu exercício (ou intenção “ingênua”) de reserva da primeira diante da segunda, quanto sobre o modo de se buscar algum paradigma ou pressuposto que projete uma intenção mais profunda no uso daqueles termos.

Ao se aproximar, então, o gesto derridiano com a obra de Benveniste, poderíamos apresentar, dentre seus momentos, a leitura que Derrida faz de Benveniste em “Suplemento de cópula”, um dos textos contidos em *Margens da filosofia* para, posteriormente, passarmos à análise de outros textos, principalmente da década de 1960 sobre a desconstrução do signo.

O signo e “categorias da língua” na leitura desconstrutiva de Benveniste

Em “Suplemento de Cópula” (posteriormente SC), Derrida faz a análise de um texto de Benveniste (2005) denominado “Categorias de pensamento e categorias de língua”, contido em *Problemas de linguística geral I*, em que o linguista franco-sírio afirma, como argumento principal, que as

categorias do pensamento são apenas uma projeção conceitual de uma língua específica (Benveniste se volta específica e exemplarmente para a língua grega antiga). Para Benveniste, segundo Derrida, a organização do pensamento em categorias predicativas não seria nada mais que uma transcrição ou transposição do que é próprio e observável no sistema da língua, para o pensamento. Segundo Benveniste (2005), a forma linguística é condição de realização do pensamento, já que este não pode dispensar a língua, pois se assim o faz, ele é apenas descarga de impulsos que se transformam em gestos e mímicas.

Nesse sentido, afirma Benveniste:

A forma linguística é, pois, não apenas a condição de realização do pensamento. Não captamos o pensamento a não ser já adequado aos quadros da língua. Fora isso, não há senão obscura volição, impulso que se descarrega em gestos, mímica. Isso quer dizer que a questão de se saber se o pensamento pode dispensar a língua ou contorná-la como um obstáculo, por menos que se analisem rigorosamente os dados em pauta, aparece destituída de sentido (BENVENISTE, 2005, p. 69).

Dito de outro modo, as categorias de pensamento, para Benveniste, não seriam nada mais que a reflexão das categorias da língua, que poderiam bem explicar as categorias do pensamento. Trata-se de categorias como substância, lugar, quantidade, qualidade etc., em que a forma de organização do pensamento, através de suas possíveis categorias gerais, pode ser constatada ao se observar as categorias do próprio sistema linguístico.

Benveniste, ainda nesse percurso, questiona se é possível que o pensamento seja alcançado sem se recorrer a caracteres da expressão linguística, ou seja, se seria possível reconhecer o que seja próprio ao pensamento, sem que nada devesse àqueles caracteres. Benveniste admite que há possibilidades de definir tal traço próprio ao pensamento, que

seria através das categorias e, no mesmo lance, poder-se-ia ver como estas se ajustam à língua.

Derrida questiona se não seria necessário discutir as tabelas de categorias que não fossem reflexo empírico da língua. Ou seja, que o esforço necessário não seria tanto determinar os limites que desenham a oposição entre língua e pensamento, mas o que proporcionou a história (ou o “momento” em que surge esse empreendimento histórico) de pensar as categorias como categorias de pensamento a partir de uma oposição mais geral entre o sensível e o inteligível.

Segundo Derrida, portanto, a questão principal a ser colocada sobre a história do discurso metafísico acerca das “categorias das categorias” é aquela que procura refletir sobre o momento em que foi possível pensar a dualidade entre a face empírica da linguagem e o pensamento para, daí sim, se poder questionar a possível transcrição das categorias da língua que expliquem o desenvolvimento categorial do pensamento.

Derrida, nesse quadro de antecedências das oposições que se desdobrariam ao infinito, questiona como as categorias identificadas empiricamente na língua podem ser fundamento do discurso filosófico sem que se recorra aos conceitos metafísicos ou à história dos conceitos metafísicos que definiriam a “categoria” das categorias, encontrada na língua. Derrida então aponta, em SC, mas de uma nova forma, que Benveniste não se compromete com o empreendimento de recorrer à história das categorias metafísicas, principalmente no que se refere ao compromisso estabelecido com elas por Aristóteles e Kant, quando propõe que as categorias da língua seriam transcrições das categorias do pensamento.

Com efeito, será que Derrida critica Benveniste procurando defender a tradição dos conceitos metafísicos, diante da possibilidade de sua possível redução às categorias da língua? Pensamos que a leitura desconstrutiva não procura defender a metafísica em face das categorias linguísticas, mas, de modo mais sutil, indicar a dificuldade de se “sair”, historicamente, do discurso filosófico. De modo semelhante ao que escreve em SC, Derrida ([1967] 2011a), também em “A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas”, avalia o movimento pelo qual as ciências humanas em sua época de constituição e posteriormente procuraram se justificar

epistemologicamente, em detrimento da tradição do discurso filosófico. Esse movimento está representado na emergência do estruturalismo na história da filosofia no século XX, capitaneado pela linguística de Saussure e desenvolvido por Claude Lévi-Strauss, a quem Derrida dirige sua provocação:

Inquietar-se acerca dos conceitos fundadores de toda história da filosofia, de-constituí-los, não é proceder como filólogo ou como historiador clássico da filosofia. É sem dúvida, apesar da aparência, a maneira mais audaciosa de esboçar um passo para fora da filosofia. A saída “para fora da filosofia” é muito mais difícil de ser pensada do que em geral imaginam aqueles que julgam tê-la realizado há muito tempo com um à vontade altaneiro, e que em geral estão mergulhados na metafísica por todo o corpo do discurso que pretendem ter libertado dela (DERRIDA, [1967] 2014, p. 414-415).

Ora, como poderíamos, nesse sentido, trazer essa avaliação de Benveniste para sua concepção de subjetividade da linguagem, ao se valer de uma partícula “puramente linguística”, mas que não se identificaria diretamente com o elemento fundamental da língua, qual seja, o signo. É o “eu” que se colocaria como um ato e não mais como elemento divisível, significado e significante, mesmo que metodologicamente, conceituada diretamente como “signo”.

Diz o linguista:

Estamos na presença de uma classe de palavras, os “pronomes pessoais”, que escapam ao *status* de todos os outros signos da linguagem. A que, então, se refere o *eu*? A algo de muito singular, que é exclusivamente linguístico: eu se refere ao ato de discurso individual no qual é pronunciado, e lhe designa o locutor. É um termo que não pode ser identificado a não ser dentro do que, noutro passo, chamamos uma instância de discurso, e que só tem referência atual. A realidade à qual ele remete é a realidade do discurso (BENVENISTE, 2005, p. 288).

Este ato se encontra na teoria da enunciação benvenistiana. Benveniste (2006) define primeiramente a enunciação como a colocação em funcionamento da língua por um ato individual de utilização. Colocar em funcionamento, aqui, quer dizer que há um ato, denominado a partir do momento em que se analisa a enunciação, que mobiliza a língua, sem necessitar de outros elementos extralinguísticos que necessitem ser descritos para que se dê a enunciação. Com isso, para Benveniste, antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade. E é o locutor que, através de seu ato, se define diante da língua enquanto apropriador desta. E este ato, para Benveniste, se dá a cada vez de modo singular, mas que se repete, enquanto possibilidade de língua.

Quanto a essa repetitividade, na qual Derrida ([1967] 1994) vai ainda delimitar como um acontecimento singular de iterabilidade, deve seu pano de fundo da desconstrução do signo em Husserl. A fenomenologia husserliana que, por sua vez, consistiu em um dos aportes fundamentais da teoria da enunciação e da subjetividade na linguagem em Benveniste.

Um signo, segundo Derrida em *A voz e o fenômeno* (posteriormente VF), representa algo na medida em que está “no lugar de algo ausente” (*aliquid stat pro aliquo*). Nesse sentido, mesmo que um sujeito se valha da intenção de realizar um discurso efetivo (comunicativo em termos indicativos), ele estaria envolvido por uma estrutura de repetição indefinida. O problema, com isso, é que Husserl procura reforçar a ideia de que tal representatividade indefinida é necessariamente ideal. E, com isso, deixaria a impressão de que a própria investigação fenomenológica do significado procura sempre derivar ou reduzir o signo. A partir da concepção de sua própria essência representativa e repetitiva, não seria válido distinguir entre uma linguagem efetiva (comunicativa) e uma linguagem imaginária. Nesse sentido vale o pressuposto de que *um signo que ocorre apenas uma vez não é um signo*.

É preciso que haja uma identidade formal que permita reeditá-lo e reconhecê-lo ao longo do tempo, apesar das inscrições físicas ou sensoriais do signo. Para Derrida, essa identidade é, mais uma vez, necessariamente ideal. Ela é ideal justamente, como já foi esboçado acima, pois é a possibilidade de representar a si mesma como abertura à infinitude. Com

efeito, Husserl estipularia que há uma intenção da fenomenologia em apagar a diferença entre a realidade e a representação, diferença que seria recorrente em toda a história da metafísica.

O valor da presença, nesse sentido, não deriva mais de um signo “originário” que seria representado no discurso, mas surge do próprio ato de repetição. Como diz Derrida:

Assim, contra a intenção expressa de Husserl, acaba-se por fazer a própria *Vorstellung* enquanto tal depender da possibilidade da repetição, e a *Vorstellung* mais simples, a apresentação (*Gegenwärtigung*), depender da possibilidade da re-presentation (*Vergegenwärtigung*). Deriva-se a presença-do-presente da repetição e não o contrário (DERRIDA [1967] 1994, p. 61).

Ao afirmar que a idealidade da representação se dá enquanto possibilidade de repetição indefinida, a leitura desconstrutiva da obra de Husserl feita por Derrida nos leva ao ponto em que o próprio princípio dos princípios da fenomenologia, afirmado no § 24 de *Ideias I*, entra em tensão. Segundo esse princípio:

Nenhuma teoria imaginável pode nos induzir em erro quanto ao princípio de todos os princípios: toda intuição doadora originária é uma fonte de legitimação do conhecimento, tudo que nos é oferecido originariamente na intuição (por assim dizer, em sua efetividade de carne e osso) deve ser simplesmente tomado tal como ele se dá, mas também apenas nos limites dentro dos quais ele se dá (HÜSSERL, [1913] 2006, p. 69, §24).

A experiência da intuição plena originária é o presente. Mas para a constituição deste se trata, como já foi esboçado a partir de Derrida, de uma presentificação de uma re-presentificação que tem sua estrutura ideal estabelecida a

partir de um momento em que se vale ou se lança mão, necessariamente, de uma estrutura ideal de repetição que garanta que uma identidade se apresente sempre como a mesma na diferença, que, no caso da linguagem, se dá como a diferença entre a representação e a experiência da linguagem.

O ideal em Husserl se apresentaria, porém, em um sentido kantiano. Ou seja, como a ideia que vai se adiando ao infinito, se repetindo enquanto presença em uma consciência transcendental até o infinito. O signo ideal é a promessa do objeto ideal, idêntico a si enquanto presença junto ao *logos* que regula as condições de possibilidade do conhecimento. Essa concepção de identidade permitiria à leitura derridiana afirmar, mais uma vez, que a fenomenologia de Husserl representaria não mais uma ausência de pressuposições (dogmáticas) metafísicas ou psicológicas, um dos princípios do método fenomenológico.

Nesse sentido, o ato de representação de um presente originário só poderia ser descrito a partir de um discurso cuja estrutura é idealizante, em que a face sensível do discurso por meio do significante deve permanecer a mesma para que a repetibilidade ideal e infinita do signo, enquanto expressão, possa se sustentar. Mas há, ao mesmo tempo, uma convocação a uma instância do não-saber, permeada pela existência de elementos ocasionais, sensíveis ou eventuais presentes nos atos de linguagem, embora a fenomenologia aponte para a redução desses âmbitos, em face de uma estrutura idealizante que deve se repetir infinitamente como idêntica a si mesma.

A estrutura do discurso só pode ser descrita, segundo Husserl, como idealidade: idealidade da forma sensível do significante (por exemplo, da palavra) que deve permanecer a mesma e só o pode enquanto idealidade; idealidade do significado (da *Bedeutung*) ou do sentido visado, que não se confunde nem com o ato de visar nem com o objeto, estes dois últimos podendo ser, eventualmente, apenas ideais; idealidade, enfim, em certos casos, do próprio objeto que então assegura (é o que acontece nas ciências exatas) a transparência ideal e a univocidade perfeita da linguagem. [...] A idealidade absoluta é o correlato de uma

possibilidade de repetição indefinida. Logo, pode-se dizer que o ser é determinado por Husserl como idealidade, isto é, como repetição (DERRIDA, [1967] 1994, p. 61-62).

Para localizar essa requisição de um elemento sensível que, paradoxalmente, foi descrito anteriormente por ser eventual para uma estrutura idealizante, Derrida em VF se volta, mais detidamente, para a análise do pronome “Eu”.

Para Husserl, segundo Derrida, o pronome “Eu” entra nas categorias das expressões essencialmente ocasionais. O que significa que ele não pode ser substituído por expressões teóricas, sem que se contamine seu significado (*Bedeutung*). O problema fundamental apontado por Derrida no desenvolvimento do pensamento husserliano sobre o pronome “Eu” é que seu aparecimento na vida solitária da alma apaga a própria presença empírica do sujeito, mesmo que ele seja visado pela intuição.

Na “vida solitária da alma”, não utilizamos mais palavras reais, mas apenas palavras representadas. E o vivido – sobre o qual perguntávamos se não era “indicado” por ele mesmo ao sujeito falante – não tem que ser, assim, indicado; ele é imediatamente certo e presente a si. Ao passo que, na comunicação real, signos existentes indicam outros existentes que são apenas prováveis e mediatamente evocados, no monólogo, quando a expressão é plena, signos não existentes mostram significados ideais, logo não existentes, e certos, pois presentes à intuição (DERRIDA, [1967] 1994, p. 52).

Ora, como então é possível que o índice esteja “emaranhado” na expressão, na representação do signo ideal, se há a “necessidade” da ausência do sujeito empírico da fala, ou o Eu da fala, para que aquele *telos* em direção ao saber ou à verdade se torne pleno? A significação ideal necessita da “morte” ou da ausência do sujeito empírico da fala, que, *ocasionalmente*, é representado pelo pronome Eu. Husserl, portanto, ao mesmo tempo que procura “velar” a intuição plena

do Eu falante empírico, faz emergir o discurso do signo ideal por meio de sua tese da vida solitária da alma, onde a consciência é pura ou se auto afeta, ou se torna presente para si mesma:

uma expressão essencialmente ocasional se reconhece pelo fato de que não se pode, por princípio, substituí-la no discurso por uma representação conceitual objetiva permanente sem deformar a *Bedeutung* do enunciado (DERRIDA, [1967]1994, p. 105).

Logo, a fenomenologia de Husserl, desde o primórdio das *Investigações lógicas*, segundo Derrida, se movimenta sobre um processo de diferenciação, baseando-se em princípios que, por si mesmos, se desconstroem internamente, pois para se afirmar a consciência em seus atos de conhecimento (que é também responsável pela significação por meio da expressão e que, não sem razão, foi posteriormente fundamentada como subjetividade transcendental), deve-se decretar o apagamento, enquanto instância não privilegiada, do “Eu” que possa ser intuído sensivelmente. Como há a possibilidade, apenas ocasional, que o significado ideal seja emaranhado pelo índice, este primeiro deve imprimir a ideia de anterioridade à sua contaminação pelo índice, trazendo consigo um movimento de constante diferir, ou temporalização infinita do sentido ideal (unificador e totalizante), que a todo instante pode re-apresentar o objeto ideal, no presente, através do ato de expressão.

Como não há língua sem discurso (ou, antes, sem *parole*), esse ato discursivo impresso na língua deve se repetir infinitamente. Ora, mas se esse ato pode se repetir infinitamente a partir de um ente, um “eu” exclusivamente linguístico, isto iria suscitar certo paradoxo pois, como se determinar que se tenha uma repetibilidade infinita a partir de elementos da língua, que contém elementos ocasionais, dentre eles o próprio “eu”? Contudo, o problema que atravessaria esse aparente paradoxo seria questionar o caráter puramente ideal da repetição infinita do significado pela expressão, justamente

pela característica finita da língua; quer dizer, questionar como seria possível aquilo que garante a repetição, sob a perspectiva ideal, “contaminado” daquilo que apenas se mostra finito¹.

Nesse sentido, a abordagem que trazemos de Benveniste, em sua teoria da subjetividade na linguagem, se difere aquilo que Derrida afirma sobre a relação entre língua e fala, em Saussure. Para Derrida, nesse sentido:

Ora, se nos referirmos mais uma vez à diferença semiológica, o que Saussure, em particular, nos recordou? Que “a língua (que, portanto, consiste apenas em diferenças) não é uma função do sujeito falante”. Isso implica que o sujeito (identidade a si ou, eventualmente, consciência da identidade a si, consciência de si) está inscrito na língua, é “função” da língua, não se torna sujeito falante a não ser conformando a sua fala, mesmo denominada “criação”, mesmo na denominada “transgressão”, com o sistema de prescrições da língua como sistema de diferenças, ou pelo menos com a lei geral da diferença, regendo-se pelo princípio da língua, a qual Saussure diz ser “a linguagem menos a fala”. A língua é necessária para que a fala seja inteligível e produza todos os seus efeitos (DERRIDA, [1972], 1991, p. 47).

A fala, então, através do “eu”, não pressupõe um desvio pelo qual se deve passar para, através do jogo e das regras de diferenças existentes na língua, produzir efeitos de inteligibilidade pela linguagem. Mas o desvio se daria justamente pela necessidade de se passar pelo pronome “eu” presente em todas as línguas. Antes, portanto, se ser criação ou

¹ Essas questões se apresentarão, em outro momento desta pesquisa, ao se pensar como Derrida, em *Gramatologia*, identifica em Saussure certa ruptura com o pensamento metafísico, mas acaba por reafirmá-lo segundo o privilégio da *phoné*. Nesse sentido, caberia refletir se Benveniste (2014) vai procurar circunscrever a escrita, depois de afirmá-la como linguagem interior, em um campo epistêmico de acordo com um pressuposto também metafísico. Veremos estes pontos mais a frente, quando trataremos sobre o processo de aquisição da escrita em Benveniste (2014, p. 132).

transgressão, a fala é repetição. Mas uma repetição que não traria ou convocaria, *a princípio*, nenhuma presença anterior, nem re-apresentaria uma subjetividade anterior.

Para um gesto desconstrutivo da subjetividade na linguagem

Podemos afirmar que a instância da enunciação do “eu” não representa apenas uma mera forma gramatical, que coloca o sujeito em uma posição na cadeia linguística própria a produzir sentido, mas sim representa um espaço que melhor dá acolhida a uma certa “substância” ²(COQUET, 2013, p. 102) e que tem por características principais estabelecer direções, fruto de movimentos diferentes uns dos outros, cujo objetivo e função é de proporcionar sentido ou constituir significado, além de deslocar o modelo linear do tempo na linguagem. Essa acolhida da “substancialização” do “eu” em uma instância discursiva, é o que permitiria a Benveniste designar de *ego* o pressuposto da subjetividade do dizer na linguagem. “É ‘ego’ que diz *ego*”. (BENVENISTE, 2005, p. 286).

Nesse sentido, ao interpretarmos a correspondência “‘ego’ que diz *ego*”, não se deve estabelecer um correlato entre duas subjetividades essencializadas ou essencializantes. Mas o *ego* é definido pela própria ação. Por isso, o “eu” não poderia ser confundido com o próprio signo. É o ato discursivo que promove a existência daquela instância. O conceito de *ego* praticamente se confunde com o de “pessoa” que enuncia. Haveria, em um primeiro plano, uma sui-referenciação do sujeito com o locutor, de onde surge aquela espontaneidade da fala a que aludimos acima³. Na análise de Coquet (2013), a

² Tal acolhimento à “substancialização” marcaria certa primazia das referências fenomenológicas em face do paradigma estrutural, que corresponde à perspectiva de defesa por Coquet (2013) da teoria do sujeito na linguagem. Como diz Eco: “A oposição entre estruturalismo e fenomenologia é a que existe entre um universo de fantasmas abstratos e uma exploração no concreto”. (ECO, 1976, p. 267).

³ Este fenômeno poderia ser explicado por Todorov, quando este argumenta, ao analisar a enunciação na obra freudiana, que na constituição da subjetividade

ação do sujeito enunciador do discurso aparentemente faz crer que este se apaga, em sua ação discursiva, diante de certa espontaneidade falante do mesmo, passando a impressão de que o discurso é um acontecimento como qualquer outro.

Um acontecimento que, por sua vez, ocorre de modo singular a cada momento em que se coloca em movimento ou se apropria da língua para se enunciar. Esta forma de singularidade é expressamente determinada por Benveniste:

Ora, o estatuto destes “indivíduos linguísticos” se deve ao fato de que eles nascem de uma enunciação, de que são produzidos por este acontecimento individual e, se se pode dizer, “semel-natif”. Eles são engendrados de novo cada vez que uma enunciação é proferida, e cada vez eles designam algo novo (BENVENISTE, 2006, p. 85).

Por outra via, poderemos nos alinhar à proposta de Coquet (2013) de conceber a instância do sujeito como uma espécie de ancoragem, onde o linguista aproxima a obra de Benveniste à de Merleau-Ponty⁴, tanto na direção de uma possível conceituação dessa subjetividade na linguagem, quanto em direção à noção de presente, onde o tempo presente é coextensivo ao ser. Nesse sentido, diz Coquet: “Sabe-se que a noção de ancoragem é usual em fenomenologia. Ricœur a toma emprestado de Granger, mas sabe-se que Merleau-Ponty

na linguagem o discurso tende a confundir enunciado com enunciação. Diz o autor, ao inserir a tese benvenistiana em seu estudo sobre a enunciação em Freud: “A cura psicanalítica seria, portanto, por assim dizer, uma introdução, seguida de uma evacuação do que Benveniste chama de “a subjetividade na linguagem” (o discurso que tende a confundir enunciado e enunciação), do que é, na linguagem, individual e particular. [...] O dizer jamais conseguirá despojar-se completamente do agir, na própria medida em que dizer é agir”. (TODOROV, 2014, p. 506-507).

⁴ “Certamente seria inútil se perguntar onde e quando Benveniste se refere aos fenomenólogos. Eu afirmei alhures; tudo se passa como se ele não tivesse tido contato com seu colega do Collège de France, Maurice Merleau-Ponty, entretanto, é nele que penso, inicialmente, quando Benveniste introduz as noções de posição, movimento, centro de enunciação, instância ou de presença da pessoa etc.” (COQUET, 2013, p. 99).

também a utilizou bastante (...)”. (COQUET, 2013, p. 104-105)⁵.

Mas há uma abordagem mais direta da relação entre subjetividade e fala em Merleau-Ponty, que poderá nos fazer refletir sobre o que está em questão na formação do sentido de sujeito na linguagem. Em “*A prosa do mundo*”, Merleau-Ponty fala, primeiramente, de um deslocamento da visão objetiva da linguagem (que representa o “corte” da linguística diante da linguagem), que em última instância decompõe a linguagem em infinitos acasos, pois a vê enquanto objeto externo à racionalidade, para uma perspectiva em que entre a linguagem e o sujeito haja uma afinidade ou proximidade permanentes. Com isso:

Há um “eu falo” que resolve a dúvida em relação à linguagem, assim como o “eu penso” resolvia a dúvida universal. Tudo que digo da linguagem a supõe, mas isso não invalida o que digo, isso revela apenas que ela não é objeto, que ela é suscetível de uma retomada, que ela é acessível do interior. [...] A história da linguagem conduz ao ceticismo enquanto é história objetiva, pois esta faz cada um de seus momentos ser visto como um acontecimento puro e se encerra ela mesma no momento em que se escreve. [...] A subjetividade inalienável de minha fala me torna capaz de compreender essas subjetividades extintas das quais a história

⁵ Temos ainda este trecho mais amplo de afirmação da proximidade de Benveniste à fenomenologia em COQUET e FENOGLIO. Para os autores, Benveniste trata de afirmar a realidade do discurso. Tal realidade diz respeito a um aspecto fenomenológico que o linguista quer atribuir ao estabelecimento do sentido por meio do uso da linguagem. “Ele [Benveniste] adota o ponto de vista do colega holandês Hendrik Josephus Pos (1898-1955), linguista da escola de Praga e discípulo de Edmund Husserl, cuja importância foi reconhecida por Jakobson e Merleau-Ponty. Pois tinha a preocupação de tornar claro [...] o vínculo da linguagem com a “realidade”, domínio, no entanto extralinguístico por excelência, isto é, “a maneira como o homem intervém na linguagem e quer, por meio da linguagem, dizer algo, relacionar-se, portanto, a um certo aspecto da realidade. [...] Isso equivale a dizer que todo enunciado, sendo intentado, contém o vivido. E, por essa razão, ele é único a cada vez, referindo-se a um vivido único e a uma situação única.” (COQUET; FENOGLIO, 2014, p. 77).

objetiva me dava apenas os vestígios
(MERLEAU-PONTY [1964] 2012, p. 58-59).

Podemos notar como Merleau-Ponty toma a fala (*parole*) em Saussure como modo de instaurar o “eu falo” em uma espécie de interior da própria linguagem, onde há uma recorrência ou *repetibilidade* da fala (enquanto expressão, para o filósofo francês), que pode ser acessada por cada falante, independente do estado temporal dos elementos objetivos da língua, quando este pode redescobrir a presença de uma radical subjetividade no presente tal como em qualquer momento de enunciação na história. Haveria, portanto, uma sucessão de presentes correlacionados a uma sucessão de falas, onde está presente um “eu” que fala.

A história exterior é acompanhada de uma história interior que, de sincronia em sincronia, dá um sentido comum pelo menos a certos ciclos de desenvolvimento. O recurso à fala, à língua vivida, esse subjetivismo metódico anula o “absurdismo” de Valéry⁶, conclusão inevitável do saber enquanto se considerava a subjetividade apenas como um resíduo, como uma confluência de acasos, isto é, do exterior. A solução das dúvidas relativas à linguagem não se acha no recurso a uma língua universal que dominaria a história, mas naquilo que Husserl chamará o “presente vivo” numa fala, variante de toda fala que se disse antes de mim e também modelo para mim do que elas foram (MERLEAU-PONTY, [1964] 2012, p. 60).

⁶ No que tange à tentativa de Valéry de ao mesmo tempo reconhecer a figura puramente linguística do Eu e pretender superá-lo através da sensibilidade do corpo e da voz, diz Agamben: “Desse modo, desde os começos de sua meditação sobre o pronome, Valéry identifica com clareza aquelas características que Benveniste, muitos anos depois, fixará em seus estudos sobre a Natureza dos pronomes e sobre a Subjetividade na linguagem: a realidade puramente linguística do sujeito e o fato de ele se definir exclusivamente em relação a uma instância de discurso”. (AGAMBEN, 2015, p. 90). Derrida ([1972] 1991) também vai se debruçar sobre essa relação do Eu na obra de Valéry.

Podemos afirmar, então, que Benveniste, ao se valer de todos esses conceitos como de *ego*, subjetividade, presente-presença, “substância” e referente retorna a determinados conceitos para explicar as condições de possibilidade da existência do sujeito na linguagem (e da autonomia da linguística), que tinham sido recalçados na linguística estrutural? Benveniste pretende realizar uma teoria formal (linguística) dessa capacidade de enunciar da qual deriva a subjetividade. Ele analisa, portanto, as condições de possibilidade de repetição da enunciação, que, assim pensamos, não se atém a um prognóstico em direção ao conhecimento objetivo, devido à característica singularizadora de cada enunciação e da língua se colocar apenas como possibilidade antes da enunciação. Tal apropriação da fala subjetiva que instaura o presente diz respeito a uma perspectiva estruturalista que desconsidera um pressuposto metafísico-subjetivivo para o significado ou é apenas uma superfície ou uma atitude natural, pré-redução, que tenha como *telos* a “unidade da história do ego” (DERRIDA, [1967] 2011a), conforme seria uma via estipulada por Husserl, segundo Derrida?

Inspirado na análise que Lawlor (2002) faz da leitura derridiana sobre a obra de Husserl, não haveria nem propriamente um retorno a concepções metafísicas na análise da linguagem, nem apenas uma forma de esquecimento ou apagamento das referências filosóficas feita por Benveniste; mas sim um momento de decisão, não voluntário (mas não arbitrário), em que o discurso da tradição metafísica se impõe diante das possibilidades de questioná-lo, por meio de alternativas de radical alteridade ou diferença. Para Derrida, seria um momento de “decisão” pela metafísica grega. Segundo Lawlor:

The problem of phenomenology, for Derrida, is that Husserl does not make the decision himself; for Husserl, the origin of Greek metaphysics is itself Greek”. (LAWLOR, 2002, p. 170).

Tal “momento de decisão” se colocaria, em algum momento, para o pensamento benvenistiano quando este investe em conceitos que seriam próprios da tradição filosófica,

especialmente o de sujeito? Se nos fiarmos nos termos utilizados por Benveniste, a possível leitura desconstrutiva sobre o pensamento benvenistiano acusaria, especialmente em sua teoria sobre a subjetividade na linguagem, esse momento de decisão pelo discurso metafísico. Mas como se daria essa decisão e em qual momento? Não há como definir. Assim como não seria possível definir o momento para o rebaixamento do significante escrito aludido por Saussure, segundo o gesto desconstrutivo. Mas Benveniste, poderíamos dizer, marca o devir do ato enunciativo, por meio de uma presença (mesmo que não perceptível), que se repete, mas que não marca a origem daquilo que, idealmente, se repete como o mesmo. Não obstante, a enunciação não se permite conhecer nem constituir conhecimento, no sentido também kantiano de se saber as condições de possibilidade do conhecimento, como apontamos anteriormente.

Quando Benveniste diz que *ego* que diz *ego*, ele pretende afirmar que é a ação de dizer que constitui a figura do “eu”. Isto não quer dizer, assim pensamos, que se trata de um signo se remetendo a outro. Trata-se, por outro caminho, da tentativa de outro modelo ou paradigma de repetição ou iterabilidade, que pode ser afirmado em detrimento do paradigma ideal de repetição, apontado por Derrida como elemento fundamental da metafísica da presença em Husserl e em Saussure. O “eu” se repete a cada enunciação. Sem essa repetição, a língua, paradoxalmente, não se modifica. Mas essa repetição em si mesma não produz marca ou marcas que deixariam diferenças sensíveis entre diversas enunciações. Pois a marca que há é produzida pela singularidade, ou seja, a marca deixada pelo que é enunciado formalmente, desde a primeira vez.

Estas proposições corroborariam ainda mais a concepção de que o “eu” na teoria sobre o sujeito da linguagem é exclusivamente linguístico, portanto, próprio daquilo que não pode ser objeto das condições de possibilidade que elas mesmas interpõem. Esse modelo formal de repetição, fundamentado na teoria da enunciação, visaria, como dito acima, estipular a possibilidade de recorrência do ato de expressão “perdido para a idealidade”, já que Benveniste (2005, p. 288) afirma que o pronome “eu” não se insere em um

conceito de signo, mas é ato de discurso. Ele está perdido para a idealidade, mas não excluído, sacrificado ou “morto”.

Podemos reparar, nesse sentido, que é a língua que permite, já que possui o pronome “eu”, que se enuncie, mas ela mesma não estabelece as condições para o próprio ato de enunciação. Ela é possibilidade, mas não condição. A enunciação é incognoscível, mas não sob o ponto de vista kantiano, embora garanta a si a repetibilidade do “eu” a cada enunciação infinitamente, onde cada enunciação, todavia, não se coloca como idêntica uma da outra.

Quando se estabelece esse não apagamento definitivo desse sujeito na linguagem, estamos pensando em outra via para se caminhar naquilo que pensaríamos ser as condições de possibilidade entre as leis e categorias da linguística e do ato de fala. Anderson (1984) conseguiu sintetizar bem a tensão que existiria dentro da linguística estrutural e sua desconfiância metodológica quanto ao sujeito (mesmo que, assim pensamos, tenha realizado uma leitura rápida e superficial sobre a obra de Derrida em sua crítica ao estruturalismo):

(...) um ato de fala individual, para ser comunicação, só pode pôr em prática certas leis linguísticas gerais. Mas ao mesmo tempo as leis jamais podem explicar o ato. (...) A língua como sistema fornece as condições de possibilidade formais da fala, mas não tem qualquer mecanismo de aplicação sobre suas causas reais.

Porém, poderíamos pensar outra face da pergunta pelas condições de possibilidade, que justamente atingiria a representação do sujeito da linguagem em face da estrutura e de sua centralidade (e também a aquisição escrita em Benveniste) como um modo de refletir sobre o problema da representação em VF, como sugere Serra: “Pensar em que medida, para Derrida, esta representação supostamente colocada à margem se inscreveria como condição de possibilidade da própria instância que coloca algo à margem”. (SERRA, 2013, p. 405). Essa reflexão não se inseriria em uma petição de princípio, em que se critica uma determinada forma ou método de pensamento se valendo desta mesma forma para

fazê-lo. Ou seja, não se trataria de realizar uma ciência da escritura para se criticar como ela é colocada à margem. A *Gramatologia* ([1967] 2011) não pretenderia ser uma ciência nesse sentido específico. Ao contrário, o que desejamos refletir aqui é como um esquema de pensamento, em determinado momento, se abre para um porvir que, pela inscrição de determinados conceitos, como o de sujeito, acaba por apagar sua possível origem, na história da filosofia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Poderíamos falar que o aparelho formal que tem o efeito de repetição da fala, pela teoria da enunciação e através da subjetividade na linguagem, não necessariamente visa ou tem por finalidade uma fundamentação do sujeito, justamente por se inserir na lógica do suplemento (ou mesmo não teria como possibilidade a descrição objetiva desse sujeito, pois ele se configura como um ato e não se insere em um conceito geral de signo). Acercado suplemento, Derrida afirma que:

Essa estrutura de complementariedade é muito complexa. Enquanto suplemento, o significante não re-presenta, apenas e inicialmente, o significado ausente, ele substitui um outro significante, uma outra ordem de significante que mantém com a presença faltante uma outra relação, mais valorizada pelo jogo da diferença. Mais valorizada porque o jogo da diferença é o movimento da idealização, e porque, quanto mais o significante for ideal, mais ele conserva, reserva e capitaliza o sentido. É assim que o índice não é apenas o substituto que supre a ausência ou a invisibilidade do indicado. Este, como sabemos, é sempre um existente. O índice substitui também um outro tipo de significante: o signo expressivo, isto é um significante cujo significado (a *Bedeutung*) é ideal. De fato, no discurso real, comunicativo etc., a expressão dá lugar ao índice porque, como sabemos, o sentido visado por outrem e, de modo geral, o vivido de outrem não me são presentes em pessoa e jamais podem sê-lo. É por isso que, como Husserl diz, a expressão funciona, então,

como “índice” (DERRIDA, [1964] 1994, p. 100).

Quando Benveniste (2005, p. 286) diz que a subjetividade na linguagem é condição fundamental para a comunicação, ele procura inseri-la, necessariamente, na função comunicativa do discurso. Tal subjetividade não pode substituir a subjetividade transcendental, responsável por legitimar o conhecimento objetivo, no sentido estipulado por Kant ou por Husserl, quando Derrida ([1967] 1994) fala da impossibilidade de substituição das expressões subjetivas pelas objetivas, sem prejuízo. Não obstante, não se trata de um exercício reflexivo de substituir o sujeito da linguagem pelo sujeito da representação (da metafísica da presença), mas sim de pensar sobre os efeitos do paradigma de repetição implicando a afirmação da subjetividade na linguagem em Benveniste.

A subjetividade na linguagem em Benveniste não usurpa a fala viva logocêntrica, mas apaga sua origem enquanto fundamentada em pressupostos metafísicos que possivelmente a pré-compreenderiam, na medida em que propõe a forma de um ato discursivo da língua que pode ser repetido infinitamente, embora sem se remeter a outro elemento que declare alguma identidade.

Retomando o tema acima, essa leitura desconstrutiva pode nos revelar como a caracterização da instância do presente vivo e ativo na fala estaria presa àquilo que Derrida denomina como aquele momento de decisão⁷. Contudo, este momento de decisão pela tradição metafísica se daria segundo a configuração de um sujeito da modernidade, ou de uma época mais “antiga”? De certo modo, a pertença a um momento histórico de clausura ou fechamento é de difícil definição, embora haja sempre a correspondência entre filosofia da presença e logocentrismo. Para o filósofo:

⁷ *For Derrida, this decision produces a ‘schema’ of metaphysics of presence, and with the word “schema” we should indeed hear Kant’s schematism since what Derrida intends with this term is a passage from a certain inside to an outside. The schema is that, with the decision in favor of presence (ideality), metaphysics tries to make the sign and difference ‘derivative’.* (LAWLOR, 2002, p. 172).

O logocentrismo seria, portanto, solidário com a determinação do ser do ente como presença. Na medida em que um tal logocentrismo não está completamente ausente do pensamento heideggeriano, talvez ele ainda o retenha nesta época da onto-teologia, nesta filosofia da presença, isto é, na filosofia. Isto significaria, talvez, que não é sair de uma época o poder desenhar a sua clausura. Os movimentos da pertencença ou da não-pertencença à época são por demais sutis, as ilusões a este respeito são fáceis demais, para que se possa tomar uma decisão aqui. (DERRIDA, [1967] 2011b, p. 15, grifo nosso)

Mas esse sentido fonocêntrico da metafísica da presença, na caracterização da subjetividade na linguagem em Benveniste não passa necessariamente pela fala, ou por meio dela; ele poderia estar onde Benveniste interpõe um modelo de referência filosófico-epistêmica à relação entre escrita e linguagem interior. Haveria nesta relação um movimento de instanciação pela língua que não definiria a fronteira entre o dentro e o fora, o sensível e o inteligível, o incomunicável do comunicável, mas que, posteriormente na própria análise de Benveniste, será colocado em face de um quadro epistêmico-metafísico da diferenciação entre o um e o múltiplo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. **A crise da crise do marxismo:** introdução a um debate contemporâneo. Trad. de Denise Bottmann. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I.** Trad. de Maria Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas: Pontes, 2005.

_____. **Problemas de Linguística Geral II.** Trad. de Eduardo Guimarães et. al. Campinas: Pontes, 2006.

COQUET, Jean-Claude. **A busca do sentido**: a linguagem em questão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

_____. Fenoglio, Irène. Introdução. In.: BENVENISTE, Émile. **Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)**. Trad. Daniel Costa da Silva et al. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

_____. **A Escritura e a Diferença**. Trad. de Maria Beatriz Marques. São Paulo: Perspectiva, [1967] 2011a.

_____. **A Voz e o Fenômeno**: introdução ao problema do signo na fenomenologia de Husserl. Trad. de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1967] 1994.

_____. **Gramatologia**. Trad. de Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, [1967] 2011b.

_____. **Margens da Filosofia**. Trad. de Joaquim Torres Costa e Antônio Magalhães. São Paulo: Papyrus, [1972] 1991.

ECO, Humberto. **A estrutura ausente**: introdução à pesquisa semiológica. Trad. de Pérola de Carvalho [et. al]. São Paulo: Perspectiva, 1976.

HUSSERL, Edmund. **Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica**: introdução geral à fenomenologia pura. Trad. de Márcio Suzuki. Aparecida, SP: Ideias & Letras, [1913] 2006.

_____. **Investigações Lógicas**. Investigações para a fenomenologia e a teoria do conhecimento. Trad. de Pedro M. S. Alves e Carlos Aurélio Morujão. Rio de Janeiro: Forense, [1901] 2012.

LAWLOR, Leonard. **Derrida and Husserl**: the basic problem of phenomology. Bloomington & Indianapolis: Indiana University Press, 2002.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **A prosa do mundo**. Trad. de Paulo Neves. São Paulo: Cosc Naify, [1964] 2012.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Triste trópicos**. Trad. de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras. 2016.

SERRA, Alice Mara. Notas sobre linguagem e alteridade: a partir de Derrida, leitor de Hegel, Husserl et al. *In: Sapere Aude*. V. 4, nº7. Belo Horizonte, 2013, p. 398-412.

TODOROV, Tzvetan. **Teorias do símbolo**. Trad. de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: UNESP, 2014.

Recebido em: 24/06/2018

Aprovado em: 09/06/2019